

**AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 135.417 - MG  
(2014/0201228-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : MANCHESTER SERVIÇOS LTDA  
**ADVOGADO** : PAULA ECHAMENDE LINDOSO BAUMANN E OUTRO(S)  
**AGRAVADO** : KARLA JULIANA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : DANIEL DOMINGOS CORTEZ FONSECA - MG124270  
**INTERES.** : UNIÃO  
**INTERES.** : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE DIVINÓPOLIS - SJ/MG  
**INTERES.** : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE DIVINÓPOLIS - MG

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Em obra conjunta, Eduardo CAMBI, Rogéria DOTTI, Paulo Eduardo d'Arce PINHEIRO, Sandro Gilbert MARTINS e Sandro Marcelo KOZIKOSKI ensinam que, *"por força do princípio da dialeticidade, exige-se que o recorrente apresente os motivos específicos de seu inconformismo, declinando os fundamentos que demandam a anulação, reforma ou integração da decisão recorrida"*, razão pela qual, segundo os mesmos doutrinadores, *"há um ônus intrínseco a ser observado pelo recorrente, qual seja: a impugnação dos fundamentos da decisão judicial, sob pena de não conhecimento do recurso"* (Curso de processo civil completo. São Paulo: RT, 2017, p. 1470).

2. Também a consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que, *"pelo princípio da dialeticidade, impõe-se à parte recorrente o ônus de motivar seu recurso, expondo as razões hábeis a ensejar a reforma da decisão, sendo inconsistente o recurso que não ataca concretamente os fundamentos utilizados no acórdão recorrido"* (AgInt no RMS 58.200/BA, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, 1ª Turma, DJe 28/11/2018).

3. No caso, as razões do agravo não deixam dúvidas quanto à irresignação com o resultado desfavorável mas, no lugar de infirmar os fundamentos, com base no acervo probatório já coligido aos autos, insiste o agravante em tomar a data de instauração do primeiro dos muitos processos disciplinares a que respondeu para cotejá-lo com a data do efetivo desligamento, nada dizendo quanto ao real fundamento da decisão agravada: o ato demissório combatido resultou de procedimento instaurado em agosto de 2015,

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo que não é tardia a sanção aplicada pela Portaria n. 1.184, de 30 de abril de 2018.

**4.** Agravo interno não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator